COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI 036/2025
AUTORIA: VEREADOR LÉO SOUZA
RELATOR: VEREADOR PRETO AQUINO

NATUREZA AUTORIZATIVA. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL. FALTA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. INCOMPATIBILIDADE COM O ORÇAMENTO EM VIGOR. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CUSTEIO. RESPONSABILIDADE FISCAL. PARECER DESFAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 036/2025, de autoria do Senhor Vereador Léo Souza, dispõe sobre a autorização para a instituição da Ouvidoria de Trânsito, pela STTU.

No corpo da proposição, que apesar de autorizativa, contém a relação de ações e atribuições a serem desenvolvidas pela STTU, assim como da ouvidoria propriamente dita, especialmente o artigo 2º e 7º, vejamos:

> Art. 2º - A Ouvidoria do Trânsito desempenhará as seguintes funções:
> I - Altemativa para atuar no julgamento de recursos em segunda instância processual;
> II - Receber e investigar denúncias de abusos cometidos por agentes municipais;
> III - Decidir sobre autorizações para a instalação de novos radares de trânsito;
> IV - Supervisionar a destinação dos recursos oriundos das multas de trânsito.
> Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias.

Verifica-se, portanto, que a proposição delimita a atuação do Poder Público, cria despesas, reorganiza a estrutura hierárquica (instâncias recursais), cria mecanismos e

organismos de investigação e exercício do poder de polícia, sob a égide da doutrina administrativista.

O Projeto em apreço é acompanhado de justificativa.

O Projeto é desacompanhado de estimativa de impacto financeiro e orçamentário.

É o que importa relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do artigo 63, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Finanças, Orçamentos, Controle e Fiscalização a emissão de parecer a despeito dos aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.

No caso em apreço, observa-se que o Projeto de Lei não demonstra a origem dos recursos necessários à implantação da ação que busca autorizar E mesmo de natureza autorizativa, exige-se a demonstração da origem dos recursos, uma vez que estando aprovada, a ação pode ser implantada a qualquer tempo, razão pela qual não se isenta da responsabilidade fiscal e previsões orçamentárias.

Deste modo, **ausente estimativa de impacto financeiro e orçamentário**, há uma afronta direta às regras contidas no artigo 16, incisos I e II, e artigo 17, parágrafos 1º e 2º da LRF (LCP 101/2000):

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
> [...]
> Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
> § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

> § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

E, **embora a intenção do Nobre Vereador seja de extrema relevância, vícios dessa natureza não podem ser convalidados**, principalmente em razão da necessária responsabilidade fiscal a ser observada, isto porque, mesmo autorizativo, o artigo 7º da proposição impõe sua vigência a partir da publicação, e não a partir de uma futura e responsável previsão orçamentária, violando inclusive o disposto no artigo 113 do ADCT da CF/88.

Por fim, não é possível deduzir outra conclusão senão pela ilegalidade e incompatibilidade da proposição em apreço em razão da vigência das leis orçamentárias, e incompatibilidade com as diretrizes da LRF.

VOTO

Portanto, no que me compete examinar, opino **DESFAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei n. 036/2025.

Natal/RN, 27 de Junho de 2025.

PRETO AQUINO
Vereador Relator